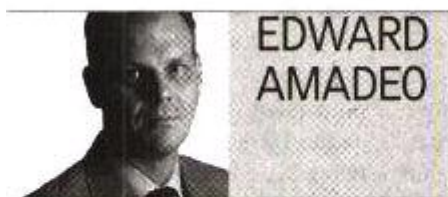


Estabilidade e eleições



EDWARD
AMADEO

O governo Lula traz uma novidade. Não se tem notícia de um presidente de esquerda sul-americano que tenha melhorado a distribuição da renda tendo como principal aliado a desinflação. A combinação de políticas de transferência de renda com independência (ainda que informal) do Banco Central assegurou a melhora na distribuição de renda iniciada no governo FHC.

Para se ter uma idéia, no último ano o preço dos alimentos caiu 3,11% e os salários na construção civil, onde estão empregados os trabalhadores mais pobres, cresceram 7,3%. Ou seja, a renda em relação ao preço dos alimentos cresceu quase 10%. Enquanto isso, o setor, conhecido pela sua informalidade, empregou mais de 100 mil trabalhadores com carteira assinada.

As estimativas do Centro de Políticas Sociais da FGV mostram que, entre 2002 e 2005, a participação da renda dos 50% mais pobres da população cresceu de 10% do total para 12,2%, enquanto a dos 10% mais ricos caiu de 50% para 46,3%. Em 2004, enquanto a renda média do país cresceu 3,6%, a renda dos pobres subiu 14%.

Tome-se esses dados em conjunto e tem-se uma boa razão para o presidente ter 54% das intenções de voto, contra 20% de Alckmin, dos eleitores das classes D e E segundo a classificação do Datafolha. Nos grupos A e B, ele tem 39% contra 34% de Alckmin. É interessante explorar essa diferença.

É comum atribuir-se a vantagem do presidente nas classes D e E às políticas de transferência tendo o Bolsa Família como símbolo. Menos discutidos são o papel da política monetária no desempenho do governo e os motivos que levam a diferença entre Lula e Alckmin ser tão menor entre os grupos A e B.

A política monetária é importante porque a queda da inflação permite e potencializa o aumento do poder de compra dos pobres. O Bolsa Família, os benefícios a idosos e deficientes e outras transferências seriam um desperdício e um fracasso se a inflação comesse os recursos repassados pelo governo. Parece que o presidente se deu conta desse resultado e jamais fez uma manifestação pública que constrangesse a política monetária do Banco Central.

Para os pobres, a redistribuição de renda através das políticas de transferências é mais importante que o crescimento econômico. Os pobres dependem pouco do desempenho do mercado de trabalho: ou porque existe enorme abundância de trabalhadores pouco qualificados ou porque a renda

desses trabalhadores tende a cair em um ambiente de inovações tecnológicas. O crescimento da economia que produziria o aumento de renda dos pobres advindo da expansão dos programas de transferências está fora das possibilidades do Brasil no curto prazo.

Já os cidadãos das classes A e B dependem do crescimento econômico para ver melhora nas suas condições de vida. Sua renda advém do mercado, não do governo. E a economia no governo Lula não cresceu mais que no governo FHC. Talvez por isso, e porque estão muito mais informados sobre as denúncias de corrupção do governo, sua predileção pelo presidente seja tão menor.

O Brasil se destaca no cenário internacional pela má distribuição de renda. Ainda que seja impossível ter uma medida de bem-estar médio da população, o fato da distribuição ser tão desigual faz pensar que talvez a opção pela redistribuição, em detrimento do crescimento, seja o melhor para o país. Mas existe, de fato, um conflito entre as opções de crescimento e distribuição de renda?

Não existe resposta científica para essa pergunta e, possivelmente, em alguns países e circunstâncias, não exista esse conflito. Mas na situação brasileira, de elevadas taxas de juros e carga tributária e baixos investimentos do governo, é difícil pensar em maior crescimento sem redução dos gastos públicos com custeio e transferências de renda.

As transferências vêm crescendo mais que o PIB há anos, à custa do aumento da carga de impostos e do estrangulamento do investimento do governo. Daí o potencial conflito entre redistribuição e crescimento econômico.

No que se refere à política monetária, o Banco Central tem tido dificuldade para reduzir a inflação nos últimos anos. Prova disso é que as taxas de juros continuam muito elevadas e a inflação se mantém acima da média internacional. Se o Banco Central tivesse reduzido mais rápido os juros, a inflação seria

Bolsa Família e os benefícios a idosos e deficientes seriam um desperdício e um fracasso se a inflação comesse os recursos repassados pelo governo

maior e o sucesso das políticas de redistribuição teria sido menor. O objetivo do BC é obter a maior taxa de crescimento não-inflacionário. Seu desempenho não é independente das políticas do governo, que não têm ajudado. Aqui vão alguns exemplos.

Ao privilegiar o aumento dos gastos correntes e deixar os investimentos públicos e a redução da carga de impostos em segundo plano, o governo não ajuda a aumentar a taxa de crescimento não-inflacionário.

O aumento real do salário mínimo é um importante elemento no crescimento dos gastos correntes da Previdência Social. Seu impacto sobre a redistribuição é limitado devido aos efeitos negativos sobre a geração de empregos e a informalidade. Por sua vez, seu efeito sobre a inflação é positivo ao elevar os custos das empresas do setor de serviços.

A extensão do PIS-Cofins às importações tem efeito inflacionário ao restringir as importações e retardar a convergência dos preços domésticos aos preços internacionais.

Por último, a legislação. Para expandir o crédito através da legislação sobre crédito consignado, reduz a eficácia da política monetária. A redução da TJLP caminha na mesma direção.

Portanto, vê-se que há uma série de medidas do governo que impuseram limites à redução (não-inflacionária) da taxa de juros e da carga tributária. É importante enfatizar o termo "não-inflacionário" porque esse é o critério básico para que a distribuição de renda não piorasse.

O nó fiscal está na base do conflito entre redistribuição e crescimento. O presidente Lula optou pela redistribuição e contra o crescimento. Poderia ter feito mais dos dois.

Edward Amadeo é consultor econômico. Escreve mensalmente às quartas-feiras. E-mail: eamadeo@terra.com.br